



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE AFUÁ



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

NO. PROCESSO: 2016.7.002043-2

SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR

Data Cadastro: 04/07/2016

CLASSE: CORREICAO - ORDINARIA

COMARCA: AFUÁ EDITAL Nº 01/2016-CJCI PERÍODO: 09 A 13/05/2016 Juiz Corregedor: JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: VARA ÚNICA DA COMARCA DE AFUÁ
1.2 COMPETÊNCIA: Vara Única
1.3 MAGISTRADO (A): Erick Costa Figueira
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 07/05/2015
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: PRAÇA ALBERTINA BARAÚNA, S/N, BAIRRO CENTRO – CEP 68.890-000, AFUÁ-PA
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Imóvel próprio, todavia a documentação encontra-se no Tribunal de Justiça.
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: Sala de audiência: 01 sala com 02 compartimentos e banheiro Gabinete: 01 sala Secretaria: 1 sala Depósito da Comarca/Arquivo: 1 sala Ministério Público: 01 sala com 02 compartimentos e banheiro Defensoria Pública: 01 sala Cartório Eleitoral: 01 sala com 02 compartimentos e banheiro Depósito do Cartório Eleitoral: 01 sala 2 Banheiros no corredor Júri: 01 sala, 01 ante-sala, 01 banheiro e 01 carceragem (utilizada como depósito) Copa: 01 sala Obs.: Não há espaço disponível para que os Oficiais de Justiça confeccionem as certidões, sendo necessário utilizar a Secretaria, situação que acaba prejudicando o seu funcionamento.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: () Boas (x) Regulares () Ruins Justificar: A estrutura apresenta várias infiltrações, necessitando de reforma e pintura. Secretaria, protocolo, distribuição e sala de oficial de justiça, funcionam na mesma sala. Há necessidade de ampliação/ adaptação da Secretaria e adaptação no gabinete. Demanda solicitada ao Setor de Engenharia, por meio do SIGADOC PA-MEN-2015/16367, sem atendimento até a presente data. Há uma sala utilizada como depósito provisório da Justiça Eleitoral que poderá servir como sala dos Oficiais de Justiça, que necessitará apenas de 01 computador.
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (x) Boas () Regulares () Ruins Justificar: Atualmente, o serviço é realizado por apenas uma servidora cedida.
2.6 MOBILIÁRIO: () Bom (x) Regular () Ruim Justificar: Parte do mobiliário utilizado no Fórum pertence à Justiça Eleitoral (armários, cadeiras, mesas, estantes) e provavelmente serão reaproveitados após a conclusão da obra do novo prédio do Cartório Eleitoral - A estante de processo da Secretaria é de madeira, a qual se encontra em condição precária. Os aparelhos condicionadores de ar da sala de audiência, gabinete e Secretaria são do tipo janela, e antigos, causam excessivo ruído, a ponto de serem desligados várias vezes ao dia.
2.7 SEGURANÇA: () Boa (x) Regular () Ruim Justificar: Há apenas o sistema de alarme no Fórum. Não há servidor nem Policial Militar designado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE AFUÁ

para portaria/ segurança do Fórum.

2.8 ACESSIBILIDADE:
() Boa () Regular (x) Ruim
Justificar: Não atende às normas de acessibilidade para deficientes físicos e idosos.

2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:
() Boa () Regular (x) Ruim
Justificar: Há residência oficial, que se encontra desocupada e em péssimo estado de conservação, totalmente imprópria para moradia.

3. MAGISTRADOS

3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Erick Costa Figueira, desde 07/05/2015

3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. Leonel Figueiredo Cavalcanti (01 a 30/11/2015), durante as férias do titular.

3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Férias Regulamentares (01 a 30/11/2015)

3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Juiz Eleitoral da 16ª Zona Eleitoral.

3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES
Relacionar e descrever: Não

3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:
Relacionar e descrever: Não há utilização de outros sistemas além dos computadores e sistemas de informática do TJE/PA.

3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 Leslie Anne Maia Campos	2014	2014
02 Marcos Paulo Sousa Campelo	2014	2014
03 Rafaela de Jesus Mendes Morais	2014	2014
04 João Valério de Moura Júnior	2014	2015

OBS: Não há registro dos juízes que passaram anteriormente ao ano de 2014.

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE:
Nome: Brenda Pinheiro Mota Brado de Oliveira Moura
Cargo: Assessor de Juiz
Ato de nomeação: Portaria n.º 729/2016-GP, de 17/02/2016
Ato de lotação: Portaria n.º 729/2016-GP, de 17/02/2016

4.2 SECRETARIA:
Nome: Cinthia Brito Moreira
Cargo: Diretora de Secretaria
Ato de nomeação: Portaria n.º 2493/2015 – GP, de 03/07/2015
Ato de lotação: Portaria n.º 3156/2015-GP. Belém, 22/07/2015

Nome: Marina Lobato Sales
Cargo: Telefonista
Ato de nomeação: Decreto n.º 949/2013 GAB/PMA, de 05/08/2013
Ato de lotação: Portaria n.º 053/2014- PMA/GAB, de 28/01/2014

Nome: Josiely Dias Amorim
Cargo: Assistente Técnico
Ato de nomeação/lotação: Portaria n.º 269/2013- PMA/GAB, de 1º/07/2013

Nome: Elbert Raymond Ferrel Júnior
Cargo: Mensageiro
Ato de nomeação: Decreto n.º 1015/2013 GAB/PMA, de 09/08/2013
Ato de lotação: Portaria n.º 816/2014- PMA/GAB, de 1º/09/2015



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE AFUÁ



Nome: Elimar de Lima Cardoso
Cargo: Auxiliar de Secretaria de Escola
Ato de nomeação: Decreto n.º 196/2013 GAB/PMA, de 15/01/2013
Ato de lotação: Portaria n.º 261/2016- PMA/GAB, de 31/03/2016

Nome: Tainan de Souza Nery
Cargo: estagiário

4.3. OUTROS SETORES:

Nome: Ruberlon Guimarães Pantoja
Cargo: Chefe da Unaj de Afuá
Ato de nomeação: Portaria n.º 1290/2016-GP, de 17/03/2016
Ato de lotação: Portaria n.º 1290/2016-GP, de 17/03/2016

Nome: Evangel Santana
Cargo: Oficial de Justiça
Ato de nomeação/ lotação: Portaria n.º 0012/1996 –GP, Belém, 03/01/1996

Nome: Wilmar Wanderley Coelho
Cargo: Diretor de Secretaria (Cargo em extinção)- atua como Oficial de Justiça ad hoc
Ato de nomeação: Ofício nº 0282/93 – GP (encaminhou relatório de homologação da opção pelo serviço Judicial, embora tenha continuado cumulando ambas durante certo tempo)

Nome: Charle de Melo Lobato
Cargo: Assessor Técnico (Oficial de Justiça) - atua como Oficial de Justiça ad hoc
Ato de nomeação: Decreto n.º 190/2014-GAB/PMA, de 05/06/2014
Ato de lotação: Portaria n.º 606/2012-PMA/GAB, de 04/10/2012

Nome: Maria de Nazaré de Almeida Costa
Cargo: Cozinheira
Ato de nomeação/lotação: Portaria n.º 271/2013- PMA/GAB, de 1º/07/2013
OBS: Atualmente a servidora se encontra de licença para tratamento de saúde, estando substituída pela Sra. Maria da Conceição Gonçalves dos Santos, cujo ato ainda não foi encaminhado pela Prefeitura.

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Daniel Mondego Figueiredo, desde 13/07/2015

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Não

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. Hélio Paulo Santos Furtado, desde 28/01/2011

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular

5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim, Comarca de Chaves (PA)

6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL

6.1 VEÍCULOS: Não há, pois Não existe tráfego de automóveis na cidade.

6.1.1 FROTA: 01 lancha, motorboat

6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?

(X) Sim () Não

Justificar: Em que pese a frota atenda às necessidades da Comarca, a cota mensal de combustível não é o suficiente para realização de todas as diligências necessárias.

6.2 INFORMÁTICA:

6.2.1 ACESSO À INTERNET:

() Bom () Regular (x) Ruim

Justificar: O sinal da Internet é via satélite, com sinal oscilante e de baixa qualidade, mas é possível o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE AFUÁ

acesso diário.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 06 na Secretaria, 02 na Sala de Audiências, 02 no Gabinete, 02 no Ministério Público e 01 na Defensoria Pública. Tal quantidade é considerada suficiente? Justificar. A quantidade não é suficiente, sendo necessária abertura de mais quatro pontos (02 na Secretaria e 02 no Júri). É necessária adaptação dos cabos, pois alguns são curtos e ficam dispostos no chão.
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 1afua@tjpa.jus.br - A Comarca também utiliza o Malote Digital. - Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Com que frequência? Cinthia Brito Moreira, Diretora de Secretaria. A verificação é diária.
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar: A localização dos processos depende da verificação no Sistema Libra, pois é feita a tramitação interna.
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (x) Sim () Não Justificar: Todas as tramitações dos processos são realizadas no Sistema Libra.
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? () Sim (x) Não Justificar: Alguns dos servidores cedidos não possuem acesso ao Sistema Libra.
7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? (x) Sim () Não Justificar: Sim, treinamento no Sistema Libra, Gestão de Processos, à distância ou na Capital. Nenhum dos servidores da Comarca, cedidos ou do quadro, receberam treinamento específico para utilização do Sistema Libra, situação que impossibilita o uso de todos os recursos do aludido Sistema.
7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? (x) Sim () Não Justificar:
7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA? (x) Sim () Não Justificar: Há 49 processos aguardando a confecção de certidão de trânsito em julgado, para a consequente baixa/arquivamento, sendo orientado à Diretora de Secretaria que priorize o arquivamento, a fim de que não reflita falsamente, no índice de congestionamento da Unidade.
7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? A publicação é realizada pela Diretora de Secretaria, em regra, 3 vezes por semana ou mais, conforme a produção e normalmente também após as audiências, e a conferência é semanal, por todos os servidores.
8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL
8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA TOTAL GERAL 2014: 2.620 Sentença: 275 Despacho: 1.167 Decisão interlocutória: 282 Audiências: - Marcadas: 253



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE AFUÁ



<p>-Realizadas: 385 -Remarcadas: 205 -Não realizadas: 48 -Total: 891</p> <p>Tribunal do Júri: -Marcados: 04 -Realizados: 00 -Remarcados: 01 -Não realizados: 00 -Total: 05</p> <p>TOTAL GERAL 2015: 2.414</p> <p>Sentença: 222 Despacho: 1.116 Decisão interlocutória: 324 Audiências: -Marcadas: 249 -Realizadas: 369 -Remarcadas: 92 -Não realizadas: 36 -Total: 746</p> <p>Tribunal do Júri: -Marcados: 02 -Realizados: 04 -Remarcados: 00 -Não realizados: 00 -Total: 06</p> <p>TOTAL GERAL 2016 (ATÉ 29/04): 1.006</p> <p>Sentença: 73 Despacho: 620 Decisão interlocutória: 143 Audiências: -Marcadas: 55 -Realizadas: 112 -Remarcadas: 02 -Não realizadas: 01 -Total: 170</p> <p>Tribunal do Júri -Marcados:01 -Realizados: 00 -Remarcados: 00 -Não realizados: 00 -Total: 01</p>		
8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA	QUANTIDADE	
CÍVEIS		
CÍVEIS – META 2/2016 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012)	108	
CÍVEIS – META 4/2016-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013	06	
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	78	
CÍVEIS – META 6/2016 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013)	06	
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	14	
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	104	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE AFUÁ

CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	885	
CRIMINAIS		
PENAS – META 2/2016 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012)	117	
PENAS – META 4/2016-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013	03	
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	56	
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	83	
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	62	
EXECUÇÃO PENAL	19	
PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	366	
INFÂNCIA E JUVENTUDE		
ATO INFRACIONAL	80	
SITUAÇÃO DE RISCO	01	
TUTELA	-	
GUARDA	48	
ADOÇÃO	06	
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	03	
CARTAS PRECATÓRIAS		
PRECATÓRIAS CÍVEIS	26	
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	30	
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	03	
TOTAL PRECATÓRIAS	59	
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA	2.104	
Feitos com Tramitação Externa	333	
Delegacia de Polícia	242 (Relação em Anexo)	
Tribunal de Justiça	08	
Procuradoria do Estado	02	
Justiça Federal	01	
Ministério Público	50 (Em 10/05 constam 09)	
Defensoria Pública	11	
Advogado	19	
Contagem Física + Tramitação externa	2437	
ACERVO LIBRA	1974 (Acervo Ativo)	
9. INDICADORES GERAIS		
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:		
(x) Sim () Não		
Justificar:		
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)		
Observações CJCI: A fonte desta informação é o Portal das Metas Nacionais, no Portal Interno do TJPA, onde são aplicados os filtros de acordo com o glossário do CNJ.		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2013	388	480
2014	245	222
2015	331	195
9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE AFUÁ



(x) Sim () Não
 Justificar: Todas as prioridades legais são identificadas com etiquetas coloridas, conforme legenda abaixo:

- Etiqueta vermelha: réu preso
- Etiqueta rosa: criança e adolescente
- Etiqueta verde claro: idoso e pessoa com deficiência
- Etiqueta azul: Mandado de Segurança
- Etiqueta azul petróleo: Meta 2
- Etiqueta roxa: Metas 4 e 6
- Tarja rosa: violência doméstica
- Etiqueta laranja: Competência do Júri
- Etiqueta amarela: Carta precatória
- Etiqueta preta: segredo de justiça
- Etiqueta marrom: processo suspenso
- Etiqueta azul claro: um das parte é a Administração Pública
- Etiqueta verde claro e azul claro: ACP

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

- (3) INICIAIS;
- (1) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ
- (1) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;
- (3) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:
- (2) IDOSO;
- (2) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;
- (2) AÇÕES DE ALIMENTOS;
- (1) RÉU PRESO;
- (1) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;
- (1) ALVARÁ DE SOLTURA;
- (4) POR ORDEM CRONOLÓGICA
- (4) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
- (5) OUTRO

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ (Relatório em anexo)

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	x	
BACENJUD		Atualmente não tem havido a sua utilização por expiração da senha do magistrado, sendo que há demanda nesse sentido.
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		Nunca houve com o atual titular
INFOJUD	x	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		Nunca houve pedido para o atual titular
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	x	
INFOSEG		O magistrado irá providenciar a revalidação da sua senha
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO	x	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE AFUÁ

COM A LEI		
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	x	
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDAS	x	
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	x	
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	x	
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? (x) Sim () Não Justificar:		
Observações CJCI: Sindicância nº 2015.7.001771-1 em trâmite perante a Unidade Judicial, autos encaminhados para a comarca de Afuá em 26/04/2016 (Ofício Nº581/2016-CJCI, AR Nº SA89790925 2BR).		
10. INDICADORES CÍVEIS		
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012): Conforme dados extraídos do Portal das Metas, no link "lista de processos por unidade judiciária" há 264 ações cíveis e penais incluídas na Meta 02/2016. Ainda não foi disponibilizado no Portal das Metas, o resultado do cumprimento das metas para o ano de 2016, o último resultado informado foi o de dezembro de 2015, mas que não pode ser utilizado como parâmetro pelo fato de não incluir as metas do ano de 2016. Nos anos de 2014 e 2015 a meta não foi cumprida.		
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: São impulsionados como os demais feitos cíveis.		
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016 PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013): Conforme dados extraídos do Portal das Metas, no link "lista de processos por unidade judiciária" há 07 ações incluídas na Meta 06. Ainda não foi disponibilizado no Portal das Metas, o resultado do cumprimento das metas para o ano de 2016, o último resultado informado foi o de dezembro de 2015, mas que não pode ser utilizado como parâmetro pelo fato de não incluir as metas do ano de 2016. No ano de 2015 a meta não foi cumprida.		
10.4 PENDÊNCIAS Apreciação DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: Gabinete: Não há inicial com pedidos de liminar/antecipação de tutela pendentes de apreciação e data da conclusão mais antiga. Secretaria: Não há inicial com pedidos de liminar/antecipação de tutela pendentes de apreciação na Secretaria/Distribuição.		
11. INDICADORES CRIMINAIS		
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012): Conforme dados extraídos do Portal das Metas, no link "lista de processos por unidade judiciária" há 264 ações cíveis e penais incluídas na Meta 02/2016. Ainda não foi disponibilizado no Portal das Metas, o resultado do cumprimento das metas para o ano de 2016, o último resultado informado foi o de dezembro de 2015, mas que não pode ser utilizado como parâmetro pelo fato de não incluir as metas do ano de 2016. No ano de 2015 a meta não foi cumprida.		
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: 02, na maior parte dos processos de execução penal, os condenados já progrediram de regime ou não estão mais presos. Os provisórios ficam na Delegacia e em seguida vão para Breves.		
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 25, sendo que 06 ainda se encontram em Afuá, 13 em Breves, 04 no IAPEN/AP e 01 no Hospital de Custódia em Belém e 01 no Centro de Recuperação de Ananindeua. (Relatório em anexo)		
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: (X) Sim () Não		



11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2009 Gabinete: Nenhum Secretaria: Nenhum
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: No sistema libra consta apenas a realização de 04 sessões do Tribunal do Júri no ano de 2015.
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: nenhum
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: nenhum
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: nenhum
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA: 03
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: A fiscalização ocorre mediante a solicitação de informação ao órgão em que a medida socioeducativa deve ser cumprida. Não há equipe interdisciplinar na Comarca. A Secretaria de Assistência Social do Município, por meio do CREAS/CRAS, realiza apenas os estudos sociais de alguns casos.
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Não.
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado.
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SOCIOEDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Sim, Conselho Tutelar e o CREAS/CRAS, cuja atuação é insuficiente.
13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Justificar: Não há pedido de benefício.
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Em parte, os condenados nesta condição assinam o livro de frequência periodicamente. Todavia, ainda não há controle/ fiscalização quanto a descumprimento ou do <i>quantum</i> restante a cumprir, exceto quando há pedido.
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Não
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Não
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Mensalmente na Delegacia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE AFUÁ

13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Não
14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 26
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 30
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: O sistema Libra não fornece relatório com o número de expedições de carta precatória, conforme informação do Chamado à Central de Atendimento n.º 127423.
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: Em parte, devido à grande demanda de processos em detrimento do número de servidores, sendo que nem todas as Cartas são cobradas no tempo devido. - Os processos que possuem Cartas Precatórias são identificados (amarelo), a verificação ocorre de acordo com a tramitação do processo. Não há uma ferramenta mais específica de controle de prazo. - A cobrança é realizada via Ofício, correio eletrônico ou Malote Digital.
15 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 00
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 02
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 132 (Relatório em Anexo)
16 PETIÇÕES:
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 00
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: Em que pese os documentos, outrora, fossem juntados aos processos, o mesmo não era realizado no Sistema Libra, o que justifica a excessiva quantidade de juntadas pendentes apontada pelo Sistema. Há 118 documentos (ar, petições, ofícios) pendentes de juntada, no acesso da Secretaria e 42 de petições pendentes de juntada, dos autos conclusos. Devido à Carência de recursos humanos, não se vislumbra a possibilidade de sanar tal situação. Observações CJCI: No libra constam 2.033 petições pendentes de juntada.
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 00
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 383
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: O Sistema Libra não considera as tramitações internas e a expedição de alguns documentos como cumprimento de ato judicial, motivo pelo qual aponta número além da realidade, por exemplo, a intimação da parte para cumprir o determinado pelo Juízo. Há cerca de 210 processos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial há mais de 100 dias. Observações CJCI: No libra constam 1.405 processos sem movimentação há mais de 100 dias.
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: Há cerca de 280 processos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial a menos de 100 dias.
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 464 (Em 10/05/2016 constam somente 200, conforme relatório em anexo) No libra constam 464 processos conclusos há mais de 100 dias. (Informação de 05/03/2016)
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 93 No LIBRA constam 557 processos conclusos, subtraindo os 464 conclusos há mais de 100 dias, restam 93 conclusos há menos de 100 dias. O primeiro número atualizado é de 745, na contagem física.
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA: A distribuição de mandados não é realizada pelo Sistema LIBRA, em razão de que um dos Oficiais de Justiça (Evangel Santana, servidor do TJPA) cumpre preponderantemente na Zona Rural, por possuir habilitação para pilotar lancha e o outro (Charles - servidor cedido da Prefeitura) somente cumpre na Zona Urbana. O Sr. Jhonnatan de Souza Santos está inabilitado no Sistema Libra.



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE AFUÁ



NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
EVANGEL SANTANA Observações CJCI: Todos os 21 mandados pendentes de juntada são do ano de 2012.	343	10/4/2013
CHARLE DE MELO LOBATO	408	14/11/2013
WILMAR WANDERLEY COELHO	20	1º/4/2016
TOTAL	771	

17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO?
 Sim Não
 Justificar: O controle/ cobrança é realizado por meio do livro de entrega de mandados de cada Oficial de Justiça ou de acordo com a tramitação do processo. Não há um controle de prazo propriamente organizado em planilha, nem a cobrança de um mandado específico, sendo que a cobrança é feita diariamente a respeito de todos que estão pendentes.

17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:

	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	50 (Em 10/05/2016 constam 09)	04/12/2012
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	11	12/12/2012
17.7.3 ADVOGADO	13	29/10/2014

17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSOS EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO?
 Sim Não
 Justificar: O prazo é acompanhado pelo LIBRA e pelo relatório de carga. A cobrança de advogados é feita verbalmente ou via DJE, através de ato ordinatório. Para o MP e DP não há necessidade de cobrança, pois observam os prazos.

18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)

18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ?
 Sim Não
 Justificar: Em parte, todos os objetos e armas com entrada a partir de julho de 2015, foram devidamente cadastrados no Sistema LIBRA. Todavia, há um armário com vários objetos apreendidos, as quais estão sendo cadastrados no Sistema gradativamente. Quanto aos demais bens apreendidos, constante na sala de Depósito/Arquivo, ainda não foram cadastrados, sendo que em muitos deles não é possível identificar a que processos pertencem.

18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?
 Sim Não
 Justificar: Há apenas um armário com chaves, na Secretaria, para guarda das armas, e uma sala utilizada como Depósito/Arquivo, para a dos demais objetos. Todavia, é necessário dar uma destinação aos objetos constante na referida sala, pois esta dará lugar às novas instalações da Secretaria (ampliação).

18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS?
 Sim Não
 Justificar: Relação em anexo dos objetos e armas já cadastrados no Sistema Libra.

18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS: (Em anexo)

BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES

18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?
 Sim Não
 Justificar: Há duas armas (01 revolver 38 e 01 pistola ponto 40). Foi solicitado recolhimento em 29/04/2016.

18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE AFUÁ

CJCI)? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Justificar: Não há nenhum pedido.
19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Trata-se de Processos já arquivados, com depósito a título de fiança (Autos n.º 00002250420108140002, 00001956620108140002, 00002224920108140002, 00001878920108140002) e nos autos do processo nº 0000006-06.2001.814.0002 o valor que constava era a título de cumprimento de sentença, e provavelmente não foi levantado em virtude do falecimento da demandante/beneficiária. No entanto, foi resgatado pelo tesouro estadual, por força da Lei 8.312/2015. (Informações Extraídas do SDJ)
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Ruberlon Guimarães Pantoja, Chefe da Unaj de Afuá
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Desde julho de 2015 a Secretaria tem realizado a análise e remetido os autos para emissão de custas.
20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA/JUIZO:
- Em que pese a Secretaria da Comarca conte com um número razoável de servidores cedidos, e muito embora haja empenho e compromisso, por parte de todos, há a limitação técnica para a execução dos atos judiciais de rotina. Tal cenário impossibilita a vazão da demanda. Observe-se que se comparado com outras Comarcas da Região de Marajó, com acesso processual equivalente ou menor que a Unidade, a discrepância é ainda maior, visto que há apenas um servidor do quadro lotado na Secretaria. Tal situação, além de prejudicar o andamento processual, sobrecarrega o Diretor de Secretaria e demais servidores cedidos, chegando ao ponto de ocorrer a baixa de servidor por retorno ao órgão de origem. - Consta no SGP informação de que as Comarcas de Única entrância devem ser lotadas com 03 Analistas Judiciários e 03 auxiliares. Realidade ainda distante, haja vista que só há 01 Analista Judiciária, a qual exerce a função de Diretora de Secretaria e Suprida, com jornada e demanda de trabalho exaustivos.
21 CONSIDERAÇÕES/RECOMENDAÇÕES CORREGEDORIA
1 - O prédio onde se localiza o Fórum necessita de alguns reparos/manutenção em caráter emergencial, visto que apresenta rachaduras e paredes com infiltração (item 2.4). Secretaria, protocolo, distribuição e sala de oficiais de justiça, funcionam no mesmo ambiente. Há necessidade de ampliação/adaptação da Secretaria e adaptação no gabinete. A demanda já foi solicitada ao Setor de Engenharia, por meio do SIGADOC PA-MEN-2015/16367, sem atendimento até a data da Correição; Providência: Oficiar ao Setor de Engenharia, reiterando o expediente retromencionado e sugerindo que a sala utilizada como depósito provisório da Justiça Eleitoral poderá servir como sala dos Oficiais de Justiça, a qual necessitará apenas de 01 computador.



2 - Parte do mobiliário utilizado no Fórum pertence à Justiça Eleitoral (armários, cadeiras, mesas, estantes) e provavelmente serão reaproveitados após a conclusão da obra do novo prédio do Cartório Eleitoral. A estante de processos da Secretaria é de madeira, a qual se encontra em condição precária. Os aparelhos condicionadores de ar da sala de audiência, gabinete e Secretaria são do tipo janela, e antigos, causam excessivo ruído, a ponto de serem desligados várias vezes ao dia (item 2.6);

Providência: Oficiar ao setor de patrimônio, solicitando-se a avaliação acerca da possibilidade de envio/renovação do mobiliário elencado ao norte;

3 - Quanto à segurança, possui como dispositivo apenas sistema de alarme, não havendo Policial Militar para guarnecer o Fórum, o que torna a segurança do prédio vulnerável (item 2.7). Não bastasse a má estrutura, também não preenche os requisitos de acessibilidade para deficientes físicos, visuais e idosos (item 2.8).

Providência: Oficiar à Presidência, Secretaria de Administração e Setor de Engenharia para que seja verificada a possibilidade de efetuar as reformas e as adaptações necessárias no Fórum, bem como para que intervenha junto à Coordenadoria Militar, com o fito de disponibilizar serviço de segurança no Fórum, ou mesmo que avalie a possibilidade de contratação de serviço de segurança privada;

4 - A residência oficial encontra-se em péssimo estado de conservação, muito deteriorada (item 2.9)

Providência: Oficiar à Presidência e Secretaria de Administração a fim de que seja avaliada a possibilidade de restauração da residência oficial, para que tenha outra destinação, possivelmente de arquivo geral da Comarca;

5 - O quadro de servidores não se mostra satisfatório, considerando que 05 (cinco) dos 10 (dez) servidores são cedidos da Prefeitura Municipal. Há necessidade de capacitação e qualificação de todos os servidores com atuação na comarca, notadamente no acesso e manuseio do sistema processual, objetivando a eficácia das rotinas da secretaria judicial (item 7.5), bem como de substituição dos servidores cedidos por efetivos que componham o quadro do TJE/PA.

Providência: Oficiar à Presidência solicitando que, em parceria com a Escola Superior da Magistratura, seja realizado curso, sob a modalidade “à distância”, de atualização no novo CPC, gestão de secretaria e outros que contribuam para o aprimoramento da atividade judicial. Solicite-se também a avaliação acerca da convocação de servidores aprovados no último concurso ofertado.

6 - A frota de veículos disponível atende satisfatoriamente às necessidades da Comarca, pois a mesma dispõe de embarcação para cumprimento de diligências na região ribeirinha. Entretanto, a cota de combustível disponibilizada é insuficiente para o cumprimento das diligências na zona rural (Item 6.1.1).

Providência: Oficiar à Presidência, Secretaria de Administração, a fim de que seja avaliada a possibilidade de aumento da cota de combustível para a Comarca.

7 - A quantidade de pontos de rede não é suficiente para atender a demanda da Unidade Judiciária, sendo necessária abertura de mais quatro pontos (02 na Secretaria e 02 no Júri). É necessário, também, a adaptação dos cabos, pois alguns são



curtos e ficam dispostos no chão.

Providência: Oficiar à Secretaria de Informática, a fim de que avalie a possibilidade de instalação de pontos de redes suficientes à demanda da Comarca;

8 - Há 49 processos aguardando a confecção de certidão de trânsito em julgado, para a consequente baixa/arquivamento;

Providência: Oficiar à Comarca, reiterando a orientação feita durante os trabalhos correicionais, no sentido de que seja priorizada a confecção das certidões supramencionadas, com o consequente arquivamento dos feitos, para que não reflita falsamente o acervo processual da unidade;

9 – A demanda processual da Comarca necessita de eficaz acesso aos sistemas de informação. As constantes falhas ou a precariedade no acesso à internet prejudicam a celeridade e eficiência das atividades dos servidores e magistrados (item 6.2.1).

Providência: Oficiar à Secretaria de Informática para que seja avaliada a possibilidade de saneamento do problema acima identificado.

10 - Constatou-se discrepância atípica entre o acervo físico (2.104) e o virtual (1974), provavelmente em virtude de processos que se encontram há muito na Delegacia de Polícia e que não foram recadastrados, constando ainda a numeração do SAP, conforme (item 8.2)

Providência: Solicitar à Delegacia de Polícia, a devolução dos autos, para a avaliação da processabilidade dos feitos, após o devido cadastramento no sistema LIBRA;

11 – Foi identificado o não cumprimento da Meta 01/CNJ, em relação aos anos de 2014 e 2015 (Item 9.2)

Providência: Oficiar ao magistrado titular da Comarca, a fim de que envie os esforços necessários no sentido de que cumpra, na medida do possível, em relação ao ano de 2016.

12 – Consta excessiva quantidade de petições pendentes de juntada (2.033), fato que é oriundo da gestão processual anterior, onde se fazia somente a juntada física da petição, não sendo feito o mesmo no sistema LIBRA. Há 118 documentos (ar, petições, ofícios) pendentes de juntada, no acesso da Secretaria e 42 de petições pendentes de juntada nos autos conclusos.

Providência: Oficiar ao Juízo, a fim de que promova, na medida do possível, a solução da problemática, considerando a insuficiência de recursos humanos.

13 – Identificou-se que, apesar da secretaria efetuar controle/cobrança escrita, os Oficiais de Justiça possuem mandados com prazo extrapolado (item 17.6 e anexo II).

Providência: Determinar que a Secretaria, após efetuar a cobrança aos oficiais de justiça e verificando que estes não promoveram a devolução dos mandados com prazo extrapolado, comunique imediatamente essa situação ao Magistrado responsável pela unidade, para que sejam adotadas as medidas administrativas que entender cabíveis.

14 – Foi identificado que não há local adequado para o armazenamento de armas e



demais bens apreendidos, sendo que são acondicionados em um armário com chaves, na Secretaria, para guarda das armas, e uma sala utilizada como Depósito/Arquivo, para a dos demais objetos. Todavia, é necessário dar uma destinação aos objetos constante na referida sala, pois esta dará lugar às novas instalações da Secretaria (ampliação). (item 18.2).

Providência: Oficiar à Presidência e Secretaria de Administração, a fim de que seja avaliada a possibilidade de restauração da residência oficial, para que tenha outra destinação, possivelmente de arquivo geral da Comarca, com a segurança necessária para fins de acondicionamento de armas e bens apreendidos.

15 – Constatou-se a existência de inúmeros bens apreendidos pendentes de cadastro no sistema LIBRA (item 18.1), oriundos de gestões processuais anteriores e que sequer possuem identificação que os vinculem aos respectivos processos.

Providência: Determinar que a Secretaria, na medida possível, promova a identificação dos bens aos processos correlatos, bem como o cadastramento de todos os bens que se encontram pendentes, a fim de que não ocorra acúmulo de movimentos dessa natureza.

16 – Verificou-se a não utilização de despachos-mandados na referida Unidade, a despeito de o endereço de todas as partes serem previamente cadastrados no sistema;

Providência: Reiterar ao magistrado presidente da unidade que observe o Provimento nº 04/2009, a fim de viabilizar a efetividade da prestação jurisdicional, por se tratar de ferramenta que promove a economia de atos da secretaria, que já se encontra assoberbada, notadamente pela carência de servidores;

17 – Observou-se que a água na comarca não é adequada para o consumo, o que, inclusive, segundo informações do Juízo, já foi atestado através de laudo pericial;

Providência: Oficiar à Presidência e à Secretaria de Administração, solicitando que avaliem a possibilidade de aquisição de filtros pelo TJE, a fim de que sejam encaminhados à Comarca.

Anexo: Processos analisados por amostragem.

JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE
Juiz Auxiliar da CJCI

ELIAS SALOMÃO ABUFAIAD NETO
Assessor Jurídico